

UMA HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

José Roberto do Amaral Lapa

Resenhar o último volume de uma obra coletiva que se estendeu por 24 anos de trabalho, recrutando o concurso de 101 cientistas sociais, das mais diversas especializações e tendências, nacionais e estrangeiros, em 11 volumes, confrontando duas gerações desses cientistas, compreendendo a formação econômico-social brasileira em seus mais variados ângulos no relacionamento dialético entre a base econômica e a estrutura social, as ideologias e o aparato jurídico, a política e os movimentos sociais, torna-se difícil menos por uma suposta e inatingível unidade da obra nas dimensões que apontamos e mais pelo interseccionamento permanente que a realidade histórica abrangente que foi objeto de estudo permite e pela saudável opção de pluralismo que presidiu a empresa em suas duas etapas de direção.

Assim e por isso, não é este o momento de cobrar ausências — de nomes e temas — ou de apontar eventuais limitações e contradições — de ordem empírica e teórica — ou discutíveis critérios e tendências desdenhadas, entre os diferentes autores, pois seriam de qualquer maneira adjetivas diante do porte da obra, do que representa para os padrões científicos que são praticados no processo de produção do conhecimento histórico brasileiro, dentro e fora da Universidade.

Quando do lançamento dos dois primeiros volumes, também a saudamos com uma resenha na Revista **Anhembi**, de Paulo Duarte (nº 125, vol. XLII, Ano XI, abril de 1961, pp. 571/579), reconhecendo as nossas limitações para uma apreciação crítica, uma vez que o trabalho apenas se iniciava, previsto que estava para 3 tomos com 4 volumes, previsão essa que Sérgio Buarque então nos confessava que deveria ser excedida, como de fato aconteceria, pois atingiu 3 tomos com 11 volumes, sendo dirigida até o 7º volume (Colônia e Império) por Sérgio Buarque de Holanda e do 8º ao 11º (República) por Boris Fausto.

Ao lado dessa então impossibilidade de termos uma visão de conjunto de algo que apenas se iniciava, havia ainda o fato de que estava sendo elaborada por uma equipe de especialistas em diferentes áreas do conhecimento que se agremiavam para oferecer sua contribuição à análise de nossa realidade histórica.

A partir dessas preliminares, detenhamo-nos em pinçar algumas das colocações representativas sobre a economia e a cultura, que são as “instâncias” para as quais este volume foi reservado, tratando do período de 1930 a 1964, ainda que alguns capítulos recuem ou avancem, como é natural, em relação a esses cortes cronológicos.

Na parte de Economia, o capítulo III — “O desenvolvimento da produção agropecuária 1930-1970”, parte de uma concepção integrativa, mas dialeticamente de contradição entre o setor agropecuário e o industrial, que constituem um confronto e/ou complementação, cuja evolução nos debates e posições vêm premeando a história do Brasil, pelo menos nos últimos 180 anos (v. nos albores da Independência a “Carta aos Srs. Eleitores de Minas Gerais”, de Bernardo Pereira de Vasconcelos).

Para localizar, definir e redimensionar o desempenho daquele setor, em termos capitalistas (de um subsistema interno) nos últimos 40 anos, o autor contribui para o avanço do nosso conhecimento científico e da própria prática política, particularmente na medida em que supera, com demonstração qualitativa e quantitativa, **slogans** tipos “vocaçao eminentemente agrícola” x “industrialização é a solução”.

Ganha importância, entre outras questões, em suas colocações sobre a transferência de funções produtivas, o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a sua divisão a nível nacional, as diferentes modalidades de expansão das fronteiras agrícolas, etc., o resgate do mercado interno, também geralmente relegado nas análises históricas do nosso processo de industrialização, que superestimam o peso das exportações (comércio exterior) em nossa expansão industrial, particularmente antes de 30.

O trabalho “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento”, ainda que se contenha a nível de uma síntese histórica bem elaborada, aponta algumas questões fundamentais para a compreensão do desenvolvimento brasileiro — via industrialização — mais recente, chegando até os nossos dias, como por exemplo, a luta de classes como fator decisivo para a Abolição, o que aliás poderia ter cruzado com a afirmação sobre a liquidação do escravismo, da p. 23, para evitar aparente contradição.

Aos propósitos de síntese que tem o texto é que se pode atribuir a responsabilidade por algumas colocações extremamente polêmicas no debate atual, que recebem entretanto tratamento ausente da preocupação de questionar o que há nelas de discutível.

De qualquer maneira, a articulação dos mercados regionais internos, na passagem do artesanato para a manufatura, dependente da malha viária na sua extensão e transformações e da divisão inter-regional

do trabalho, são muito bem colocados, acompanhados a seguir cada desdobramento — político e econômico — do processo de industrialização até a hegemonia do capital monopolista com suas implicações sociais.

Já em “A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”, mostra-se com pertinência o itinerário de contradições e opções cumprido pela Igreja Católica — de 1930 a 1945 no seu relacionamento com o Estado e a Sociedade. Esse percurso terá um decisivo momento com a institucionalização da CNBB (1952), que ocorre num processo de expansão e radicais transformações, em definições bastante polemizadas, particularmente perante o marxismo. Trata-se de postura substantiva e irreversível perante a exploração capitalista no período que se segue, como é demonstrado no estudo “Igreja Católica: 1945-1970”, no qual se examina aquela postura nos grandes debates nacionais, como a injustiça social, a questão da terra, os operários e os índios.

Em “Poesia e prosa de ficção”, enriquece-se a análise do Modernismo, dentro das conotações regionais, que assume em suas dimensões equívocos estéticos e sociais, o que vai acontecer também em outro contexto histórico com a chamada “geração de 45” e as que seguiram, mas agora mais sensíveis explicitamente à realidade que sofria a sociedade brasileira, sem diminuir contudo um refinamento estético — da carpintaria à arquitetura literária — e multiplicando o seu enriquecimento temático e de conteúdo com a incorporação da seca, do cangaço, do misticismo, dos valores do sertão, do coronelismo no universo rural e do fantástico, do erótico, do político, do marginal, da violência no palco urbano, saltando em suas origens (dos escritores) da província para a metrópole (p. 461).

Por último e apenas a título de mais um exemplo, sem preocupação de destaque, em “A malandragem e a formação da música popular brasileira”, é desenhada a representação da velhacaria social, curtida e institucionalizada — tema caro a críticos literários e cientistas sociais — expressa na música popular brasileira. Criação do escravismo e de uma sociedade estatamental — o seu jogo de cintura, o balanço que vai da malevolência à pacholice — não foi vencida pela emergência capitalista com sua racionalidade, códigos e enquadramentos no universo do trabalho, que quando muito consente a sua convivência oscilatória mas constante, traspassando de alto a baixo a estratificação social, relaxando às vezes até com a luta de classes...

No mais mesmo, seria de desejar-se certa continuidade enciclopédica da obra, desde que o seu objeto de estudo — para nosso regozijo — continua impávido colosso !

Na ausência ou talvez até impraticabilidade comercial de um projeto desse alcance, vale registrar que a obra representou contudo a melhor maneira que assistimos de produzir-se um conhecimento histórico sobre o Brasil nestes últimos 20 anos — com suas tendências e métodos, abordagens e temas — o que entretanto já na altura deste último volume, mostra mudanças substantivas — teóricas e empíricas — que esta “História Geral da Civilização Brasileira”, não conseguiu na verdade incorporar.